

Junior, APS ; Alberto, NSMC



## PESQUISA

**Teoria e prática em segurança alimentar e nutricional em cursos de nutrição do Piauí**  
*Theory and practice in food and nutrition security on Piauí nutrition courses*  
*Teoría y práctica en seguridad alimentaria y nutricional en cursos de nutrición del Piauí*

Ademar Pereira Soares Júnior <sup>1</sup>, Norma Sueli Marques da Costa Alberto <sup>2</sup>

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi avaliar o conhecimento e práticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no meio acadêmico do Piauí. Para isso, entrevistou-se alunos e professores de todos os cursos de Nutrição do Estado do Piauí. Os dados foram analisados estatisticamente e à luz de documentos técnico-científicos. Dos entrevistados, 83,3% são do sexo feminino; 73,5% referem a disciplina Saúde Pública como base da temática; 38,2% reconhecem a lei que regulamenta o direito à alimentação; e 40,2% conhecem os pilares da SAN. Os programas de SAN mais citados foram o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Bolsa Família; e a atividade discente mais frequente foi a participação em palestras sobre SAN. O estudo mostrou uma deficiência em relação à apreensão do conhecimento sobre SAN na graduação, mesmo sendo realizadas várias atividades discentes sobre o conteúdo, reafirmando a importância de intensificar ações educativas práticas e teóricas sobre o assunto. **Descritores:** Segurança Alimentar e Nutricional. Educação em Saúde. Direito Humano à Alimentação Adequada.

## ABSTRACT

The objective of this research was to gauge the knowledge and practices of Food and Nutrition Security (FNS) in the Piauí academia. To that end both students and teachers in all Nutrition courses in the state have been interviewed, and data has been analyzed statistically and under the light of technical-scientific documents. Of those interviewed, 83,3% are female; 73,5% refer to the Public Health discipline as their thematic basis; 38,2% recognize the law that regulates the right to nutrition; and 40,2% know the pillars of FNS. The FNS programs most often mentioned have been the *Programa Nacional de Alimentação Escolar* and the *Bolsa Família*; and the most frequent academic activity was attendance to lectures about FNS. This research has shown a deficiency in regards to knowledge about FNS during graduation even though it holds several academic activities about its contents, reaffirming the importance of intensifying educational actions, both practical and theoretical, about this subject. **Descriptors:** Food and Nutrition Security. Health Education. Human Right to Adequate Food.

## RESUMEN

El objetivo de este estudio fue evaluar los conocimientos y prácticas de Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN) en la academia en el Piauí. Para esto se entrevistó a estudiantes y profesores de todos los cursos de nutrición en el estado. Los datos fueron analizados estadísticamente y a la luz de los documentos técnicos y científicos. De los entrevistados, 83,3% son mujeres; 73,5% corresponde a la disciplina de la Salud Pública como base temática; 38,2% reconocen la ley que regula el derecho a la alimentación; y 40,2% conocen los pilares de SAN. Los programas de SAN más citados fueron el *Programa Nacional de Alimentación Escolar* y el *Bolsa Família*; y la actividad de los estudiantes más frecuente fue la participación en conferencias sobre SAN. El estudio demostró una deficiencia en relación con la adquisición de los conocimientos acerca de SAN en los estudios de grado, a pesar de los estudiantes llevar a cabo diversas actividades sobre el contenido, reafirmando la importancia de mejorar las prácticas educativas y teóricas sobre el tema. **Descritores:** Seguridad Alimentaria y Nutricional. Educación en Salud. Derecho Humano a la Alimentación Adeuada.

- 1- Nutricionista, Grupo de Pesquisa em Alimentos e Nutrição (GPAN), Curso de Nutrição, Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí (UNINOVAFAPI).
- 2- Nutricionista Mestre, Curso de Nutrição, Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí (UNINOVAFAPI).

Junior, APS ; Alberto, NSMC

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos remete à sua construção conceitual como base para o entendimento sobre sua amplitude, no que diz respeito à sua legislação, eixos, indicadores, determinantes e até mesmo sua realização de fato. Este conceito vem sendo construído desde 1996, com proposição inicial pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Atualmente, utiliza-se uma definição mais ampla, aprovada no Brasil em 2004 e oficializada pela criação da Lei Orgânica de SAN (LOSAN, 2006). Nessa versão, o conceito de SAN passa a ser entendido como a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), no qual todos têm acesso a alimentos qualitativa e quantitativamente suficientes, de forma regular e permanente, que estejam de acordo com seu contexto social, econômico, cultural, prevendo práticas sustentáveis e promotoras de saúde (BRASIL, 2006).

Essa evolução conceitual serve como base para a avaliação da abordagem da temática em âmbito universitário, já que ela surge de um conceito simplista e culmina em algo mais abrangente. Tal consolidação deu-se pela incorporação sucessiva de outras noções, tais como: alimento sanitariamente seguro; qualidade do alimento nos aspectos nutricionais, biológicos e da tecnologia de produção; balanceamento da dieta; informação e opções culturais, de acordo com a população-alvo das políticas públicas (BURITY et al., 2010; ANJOS, BURLANDY, 2010; VALENTE, 2002).

Uma característica da SAN é a intersectorialidade, que consiste na articulação de segmentos, órgãos e setores na busca por sua

implantação como política pública ou na sua efetivação como condição de vida digna. Ao tempo em que se estabelece como um princípio, a intersectorialidade impõe que a interdisciplinaridade também seja exercida, tanto no campo da formação (teórica e prática), como no exercício profissional.

Segundo a Resolução nº 380/2005 do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), que dispõe sobre a definição das áreas de atuação desta categoria, o profissional de Nutrição deve estar apto para atuar, entre outras áreas, em Saúde Coletiva. Para tanto, deve prestar assistência a coletividades em instituições públicas ou privadas, através de ações, programas, pesquisas e eventos, que estejam direta ou indiretamente relacionados à alimentação e nutrição, seja em Políticas e Programas Institucionais, na Atenção Básica em Saúde e/ou na Vigilância em Saúde (CFN, 2005).

Nesse contexto, faz-se importante observar os processos metodológicos adotados na formação daqueles que, enquanto profissionais, irão se inserir nesses campos de atuação. É no momento da entrada no mercado de trabalho, que vemos a associação do nutricionista com a discussão da SAN, assim como a necessidade do seu embasamento nesta temática.

As Diretrizes Curriculares dos cursos de Nutrição (2001), instituídas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), enunciam que o profissional nutricionista deve ter:

[...] formação generalista, humanista e crítica, capacitado a atuar, visando à segurança alimentar e à atenção dietética, em todas as áreas do conhecimento em que alimentação e nutrição se apresentem fundamentais para a promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, pautado

Junior, APS ; Alberto, NSMC

em princípios éticos, com reflexão sobre a realidade econômica, política, social e cultural (CNE, 2001, p.39).

Diante disso, a busca pela garantia e realização do DHAA precede indivíduos conhecedores do tema, preocupados com a violação desse direito, cientes dos mecanismos de exigibilidade do mesmo e mobilizados para reivindicá-lo. Essas características, não necessariamente simultâneas, são esperadas em grupos envolvidos em movimentos populares, profissionais e aspirantes relacionados ao tema, e foram fundamentais para se discutir conceitos, garantia legal e meios de efetivação da SAN no Brasil, elementos constantes na LOSAN.

A atuação do nutricionista em SAN tem aumentado nos últimos anos com sua inserção em entidades de classe, como sindicatos e conselhos profissionais, fóruns de SAN, organizações não governamentais, e em diferentes secretarias estaduais e municipais e Ministérios, assim como a criação de vários programas e ações nessa área (GAMBARDELLA; FERREIRA; FRUTUOSO, 2000; SOARES, 2007; CASTRO, 2010).

Com base na Resolução nº 05/2011 do Conselho Nacional de Educação - CNE, o egresso de Nutrição deve estar apto a atuar em políticas e programas de segurança e vigilância nutricional, alimentar e sanitária, visando a promoção da saúde nos âmbitos local, regional e nacional; participar da formulação e execução desses programas e políticas; e ainda realizar diagnósticos e intervenções na área de alimentação e nutrição, considerando a influência sociocultural e econômica que determina a disponibilidade, consumo e utilização biológica dos alimentos pelo indivíduo e pela população (CNE, 2001).

A formação adequada dos profissionais de saúde pede a elaboração, execução e avaliação participativa entre gestores, professores e alunos,  
R. Interd. v. 9, n. 1, p. 191-206, jan. fev. mar. 2016

de métodos e estratégias pedagógicas inovadoras, valorizando o vínculo entre as universidades e os serviços de atuação profissional, bem como a inclusão do princípio da integralidade como um eixo da formação em saúde. Também devem ser observadas a complexidade, as implicações políticas e os desafios acadêmicos que envolvem a transformação do sistema educacional dominante. Essa formação deve ainda considerar a realidade sanitária, social, política e cultural, bem como a diversidade regional brasileira (SOARES; AGUIAR, 2010; RECINE *et al.*, 2012; COSTA, 2009).

Além disso, o contexto institucional no qual ocorre o trabalho docente é muito importante, já que é possível verificar, no cotidiano da vida universitária, que há uma preocupação com a competência do profissional na sua área de formação. No entanto, a docência na Educação Superior, notadamente, em geral não considera características específicas dos cursos, dos estudantes e dos conteúdos, ainda que se saiba que o ensinar com qualidade neste âmbito agrega, necessariamente, ensino, pesquisa e extensão (OLIVEIRA; VASCONCELLOS, 2011).

As concepções acima apontam para a necessidade de explorar melhor a temática da SAN no âmbito acadêmico, seja do ponto de vista teórico, conceitual, ou de vivência prática, através de estudos com atores estratégicos envolvidos com esses aspectos, para verificar a forma como eles são abordados e apreendidos. Contudo, a aquisição de competências profissionais tem relação direta com a utilização de metodologias de aprendizagem problematizadoras e ativas (BRAID; MACHADO; ARANHA, 2012).

Considera-se que avaliar a compreensão entre profissionais e acadêmicos de Nutrição sobre SAN, pessoas teoricamente envolvidas com o tema pela essência da formação, possibilita reflexão e, quiçá reorientação de práticas e metodologias

Junior, APS ; Alberto, NSMC

acadêmicas alusivas ao assunto, já que a etapa da formação é importante para a sensibilização, o empoderamento<sup>1</sup> e a promoção de novos atores na busca pela realização do DHAA. Segundo Freitas e Pena (2007), a falta de compreensão sobre o assunto fomenta políticas sociais minimizadoras, tendo no contrário uma melhoria para elaboração e execução de tais políticas.

No Piauí desconhecem-se estudos que tenham explorado a temática da SAN no âmbito da academia, por isso, o objetivo deste trabalho é analisar teorias e práticas em SAN desenvolvidas no meio acadêmico de Nutrição do Piauí.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, quantitativo, financiado pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) do Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí (UNINOVAFAP), Edital nº 01/2011-2012, realizado nas sete instituições de ensino superior (IES) de Nutrição do Piauí, distribuídas em quatro municípios, Floriano, Parnaíba, Picos e Teresina, sendo duas públicas e cinco particulares.

Em cada IES foi entrevistado um professor da disciplina de SAN ou Saúde Pública (n=06), caso fosse esta a disciplina que abordasse o conteúdo em estudo. Um professor não retornou o contato, caracterizando-se como recusa. Considerando o universo de 139 alunos matriculados nas referidas disciplinas, todos foram convidados para o estudo. Participaram voluntariamente 102 alunos do último ano do curso, correspondendo a 73,4% do total de matriculados no período estudado.

<sup>1</sup>Adota-se o conceito de empoderamento enunciado por Rappaport (1995, p.1), que sinteticamente significa “um construto que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais”, no sentido de que se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito.

Registrou-se 26,6% de perda, a qual atribui-se à recusa por receio de errar as respostas, à ausência dos sujeitos no momento da aplicação do questionário e à ocorrência de greve por três meses nas IES públicas, coincidente com a coleta de dados.

Os dados foram coletados no período de dezembro de 2011 a outubro de 2012, utilizando-se questionários estruturados, pré-testados, eram auto respondíveis; diferenciados para as categorias de aluno ou professor, com questões sobre dados sociodemográficos dos sujeitos, atividades discentes e conteúdo de SAN. Os instrumentos foram elaborados para este fim, tomando-se como base a literatura legal, científica e técnica disponível sobre os temas mais diretamente relacionados à SAN, bem como considerando-se as práticas mais prováveis de serem desenvolvidas no meio acadêmico alusivas ao tema.

A aplicação dos questionários ocorreu durante visitas pré-agendadas nas IES e nos locais de estágios, de acordo com a conveniência dos sujeitos. Previamente à aplicação dos questionários, procedeu-se a explicação sobre a pesquisa e a solicitação da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que informava sobre objetivos, procedimentos, benefícios e ausência de riscos para os sujeitos.

Os dados foram analisados à luz de documentos técnico-científicos sobre o tema, como a Resolução 380/2005 do CFN, as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Nutrição do CNE e a Lei Orgânica de SAN. A tabulação foi realizada no software *Statistical Package for the Social Sciences*, versão 18.0 (SPSS Inc, Chicago, IL, USA), apresentando frequência e associação entre as variáveis estudadas.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí,

Junior, APS ; Alberto, NSMC

sob o registro 0147.0.043.000-11, conforme preconiza a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) sobre pesquisa envolvendo seres humanos.

## RESULTADOS

### Caracterização geral da amostra

Foram entrevistados 73,4% do total de alunos matriculados no último ano de graduação em Nutrição (n=102) e seis professores responsáveis pelas disciplinas de SAN ou Saúde Pública. Em relação ao sexo dos entrevistados, verificou-se predominância do sexo feminino, sendo 83,3% dos alunos e 100,0% dos professores. Quanto ao tipo de instituição, 86,3% dos alunos e 83,3% dos professores são de IES particulares (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição dos alunos e professores por sexo e tipo de instituição. Piauí, 2012.

Variável		Nº	%	
Sexo	Aluno	Masculino	17	16,7
		Feminino	85	83,3
	Professor	Masculino	0	0,0
		Feminino	6	100,0
Instituição	Aluno	Pública	14	28,6
		Privada	88	86,3
	Professor	Pública	1	16,7
		Privada	5	83,3

Fonte: Pesquisa direta, 2012.

### Descrição das atividades discentes/docentes

Entre os alunos, 73,5%, referiram ter estudado os conteúdos de SAN na disciplina de Saúde Pública ou similares (Nutrição em Saúde Pública; Vigilância Nutricional e Saúde Pública; Políticas Públicas em Saúde); 23,5% mencionaram a disciplina Higiene, Controle e Legislação de

Alimentos ou similares (Higiene Alimentar; Higiene, Vigilância Sanitária e Controle de Qualidade dos Alimentos). Foram mencionadas também Educação Nutricional (10,8%), Microbiologia/Microbiologia de Alimentos (9,8%), Epidemiologia (5,9%), e Unidade de Alimentação e Nutrição (3,9%); Segurança Alimentar e Nutricional foi indicada por 4,9% dos alunos. Outras disciplinas (13,8%) da área clínica e da indústria também foram mencionadas, entre elas Técnica Dietética, Análise Sensorial, Avaliação Nutricional, Dietoterapia e Bioquímica dos Alimentos. Esse questionamento não foi aplicado ao professor (Tabela 2).

Quanto às atividades práticas de SAN, a participação em palestras e fóruns foi a mais citada entre os alunos (49,0%), seguida pela avaliação de indicadores de SAN (31,4%), visita a comunidades e assentamentos e planejamento de ações pró-SAN (24,5% ambas); a atividade menos citada foi a participação em reunião do Conselho de SAN (CONSEA), 6,9%. Entre os professores, a atividade mais mencionada foi a avaliação de indicadores de SAN (66,7%) e a menos citada foi a participação em reunião do CONSEA (33,3%) (Tabela 2).

Quando perguntados sobre os autores que ficaram marcados para a fundamentação teórica de SAN, 94,1% dos alunos e 16,7% dos professores não lembravam ou não sabiam mencionar. Alunos e professores (2,9% e 66,7% respectivamente) relataram utilizar publicações institucionais de órgãos públicos, governamentais e não governamentais, como referência. Entre os professores, 33,3% citaram Renato Maluf e Flávio Valente; 16,7% citaram Valéria Burity e Luciene Burlandy. Josué de Castro foi citado por 2,0% dos alunos, que também citaram nomes como Luiz Inácio Lula da Silva e Itamar Franco, não categorizados como autores de SAN (Tabela 2).

Junior, APS ; Alberto, NSMC

Em relação a cursos de formação, atualização e/ou treinamento em SAN, 55,9% dos alunos responderam que não participaram e 66,7% dos professores haviam participado; não lembravam, não sabiam ou não informaram 13% dos estudantes (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição dos alunos e professores por disciplinas, atividades, autores e participação em cursos de SAN. Piauí, 2012.

Variável	Aluno		Professor		
	Nº	%	Nº	%	
Disciplinas de SAN*	Saúde Pública/Saúde Coletiva	75	73,5	-	-
	Higiene, Controle e Legislação de Alimentos	24	23,5	-	-
	Educação Nutricional	11	10,8	-	-
	Microbiologia/Microbiologia de Alimentos	10	9,8	-	-
	Epidemiologia	6	5,9	-	-
	Segurança Alimentar e Nutricional	5	4,9	-	-
	Unidade de Alimentação e Nutrição	4	3,9	-	-
	Outras disciplinas	14	13,8	-	-
NS/NL/NI**	9	8,8	-	-	
Atividades de SAN*	Palestra/fórum ou similar	50	49,0	3	50,0
	Avaliação de indicadores de SAN	32	31,4	4	66,7
	Visita a comunidades/assentamentos	25	24,5	3	50,0
	Planejamento de ações pró-SAN	25	24,5	3	50,0
	Participação em reunião do conselho de SAN	7	6,9	2	33,3
	Outras	14	13,7	1	16,7
NS/NL/NI	11	10,8	0	0,0	
Autores de SAN*	Josué de Castro	2	2,0	-	-
	Herbert de Sousa	1	1,0	-	-
	Renato Maluf	-	-	2	33,3
	Flávio Valente	-	-	2	33,3
	Valéria Burity	-	-	1	16,7
	Luciene Burlandy	-	-	1	16,7
	Publicações Institucionais***	3	2,9	4	66,7
	Outros (não autores de SAN)	4	4,0	-	-
	NS/NL/NI	96	94,1	1	16,7
Participou de curso de formação, atualização e/ou treinamento em SAN	Não	57	55,9	2	33,3
	Sim	32	31,4	4	66,7
	NS/NL/NI	13	12,7	0	0,0

\* Cada sujeito poderia optar/mencionar mais de uma resposta.

\*\* Legenda: Não sabe/Não lembra/Não informou

\*\*\* Inclui publicações dos ministérios da Saúde (MS), Educação (MEC), Desenvolvimento Agrário (MDA), e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); e Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), entre outros.

Fonte: Pesquisa direta, 2012.

### Conteúdos de SAN apreendidos pelos alunos

Ao avaliar o conhecimento dos alunos, verificou-se que 38,2% reconhecem a Lei que regulamenta a SAN no Brasil e no Piauí. Entre os erros, 38,2% dos alunos citaram a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Sobre os agentes, cuja atuação resultou nessa lei, 54,9%

mencionaram corretamente serem o Governo e a Sociedade Civil os responsáveis. No que se refere à alimentação, 38,2% acertaram em responder que esta Lei a reconhece como direito de todos e dever do Estado respeitar e prover, que a mesma deve ser adequada nutricionalmente, quantitativamente, sustentável e associar-se a práticas saudáveis de consumo; 61,8% se equivocaram na resposta (Tabela 3).

Quanto aos pilares da SAN, 40,2% dos estudantes mencionaram a Soberania Alimentar e o DHAA. Sobre o conceito de Soberania Alimentar, 84,3% não a compreendiam como a capacidade da nação de definir a produção, comercialização e consumo de alimentos. Para 41,2%, este termo representa o direito de todos alimentarem-se com qualidade e em quantidade satisfatória. Outro conceito investigado foi o de intersectorialidade, sobre o qual 60,8% a reconhecem como a prática de articular e desenvolver ações conjuntas em prol da SAN (Tabela 3).

Junior, APS ; Alberto, NSMC

Tabela 3. Distribuição de acertos e erros dos alunos para os conteúdos apreendidos sobre SAN. Piauí, 2012.

Conhecimentos em SAN		Alunos	
		Nº	%
Lei Federal/Estadual que regulamenta a SAN	Acertos	39	38,2
	Erros	61	59,8
	NS/NL/NI*	2	2,0
Segmentos que contribuíram para a elaboração da LOSAN	Acertos	56	54,9
	Erros	45	44,1
	NS/NL/NI	1	1,0
Reconhecimento da alimentação pela LOSAN	Acertos	39	38,2
	Erros	63	61,8
	NS/NL/NI	0	0,0
Pilares da SAN	Acertos	41	40,2
	Erros	59	57,8
	NS/NL/NI	2	2,0
Conceito de Soberania Alimentar	Acertos	19	18,6
	Erros	82	80,4
	NS/NL/NI	1	1,0
Órgãos de Exigibilidade do DHAA	Acertos	14	13,7
	Erros	86	84,3
	NS/NL/NI	2	2,0
Espaços de Controle Social da política de SAN	Acertos	57	55,9
	Erros	43	42,1
	NS/NL/NI	2	2,0
Órgãos que executam programas de SAN no Piauí	Acertos	11	10,8
	Erros	89	87,2
	NS/NL/NI	2	2,0
Intersetorialidade em SAN	Acertos	62	60,8
	Erros	37	36,3
	NS/NL/NI	3	2,9

\* Legenda: Não sabe/Não lembra/Não informou

Fonte: Pesquisa direta, 2012.

Sobre os órgãos onde pode ser praticada a exigibilidade do DHAA, 84,3% não acertaram a resposta; 47,1% mencionaram o CONSEA e o Conselho de Direitos Humanos; 13,47% mencionaram simultaneamente o Ministério Público, o CONSEA, o Conselho de Direitos Humanos, a Defensoria Pública e a Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC). Em relação aos espaços de controle social da política de SAN, 55,9% acreditam que sejam nos conselhos e conferências. Sobre os órgãos que executam programas sociais em prol da SAN no Piauí, 87,2% apontaram o Ministério Público do Trabalho e a Secretaria de Saúde; 63,7% acha que são o CONSEA e a Secretaria de Educação (Tabela 3).

#### Programas de SAN mencionados pelos alunos

A respeito dos programas de SAN, entre os entrevistados, 41,2% citaram o Programa Nacional R. Interd. v. 9, n. 1, p. 191-206, jan. fev. mar. 2016

de Alimentação Escolar (PNAE); 32,4% o Programa Bolsa Família (PBF); 27,5% a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN); 14,7% o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN); 11,8% o Fome Zero (FZ) e 8,8% o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT); 26,5% não lembram, não sabem ou não informaram (Tabela 4).

Tabela 4. Distribuição dos Programas de SAN pelo Nº de alunos que os citaram. Piauí, 2012.

Programas de SAN*	Aluno	
	Nº	%
Bolsa Família/Bolsa Escola/Bolsa Alimentação/Vale Gás (PBF)	33	32,4
Fome Zero (FZ)	12	11,8
Programa Nacional de Alimentação Escolar/Merenda Escolar (PNAE)	42	41,2
Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)	28	27,5
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	6	5,9
Programa Saúde na Escola (PSE)	8	7,8
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	9	8,8
Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN)	5	4,9
Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)	11	10,8
Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)	8	7,8
Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)	15	14,7
Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)	7	6,9
Hortas Comunitárias	4	3,9
Outros programas**	29	28,6
NS/NL/NI***	27	26,5

\* Cada sujeito poderia optar/mencionar mais de uma resposta.

\*\* Programas citados 3 vezes ou menos.

\*\*\* Legenda: Não sabe/Não lembra/Não informou

Fonte: Pesquisa direta, 2012.

Entre os menos citados estão as Hortas Comunitárias, o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com 3,9%, 4,9% e 5,9% consecutivamente. Outros programas citados de uma a três vezes foram categorizados separadamente, totalizando 28,6% de respostas, dos quais foram citados o Programa Mais Educação, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional para Prevenção e Controle dos Distúrbios por Deficiência de Iodo (Pró-Iodo), e os programas de suplementação de Ferro e Vitamina A (Tabela 4).

#### Perfil dos docentes que ministram conteúdos de SAN

Em relação aos docentes, 83,3% têm mais de dez anos de formação, com uma média geral

Junior, APS ; Alberto, NSMC

de 18 anos. Todos os professores possuíam pós-graduação, dos quais mais de 80,0% com o título de mestre e todos com especializações. Não foi verificado nenhum professor com doutorado concluído (Tabela 5).

Quanto à área de pós-graduação, 66,6% referiram Saúde Pública/Saúde Coletiva, única área em comum entre mais de um professor. Todos citaram pelo menos uma área que não coincidia com a resposta dos outros, representando isoladamente 16,7% das respostas totais. São elas Ciências e Saúde; Administração Hospitalar; Controle de Infecções em Serviços de Saúde; Nutrição Clínica; Alimentos e Nutrição; Docência do Ensino Superior; e Nutrição Humana (Tabela 5).

Entre as disciplinas ministradas, 83,3% mencionaram Saúde Pública/Saúde Coletiva ou suas variações, e apenas um entrevistado (16,7%) mencionou que ministra a disciplina específica de Segurança Alimentar e Nutricional. Sobre o tempo que ministra a disciplina, 66,6% o fazem entre um e cinco anos, apenas um professor ministra há menos de um ano e outro há mais de cinco. A média de tempo em que todos os professores ministraram a disciplina é de 6,1 anos, ressaltando que o menor valor encontrado foi de um mês e maior de vinte e seis anos.

A respeito dos conteúdos de SAN abordados nas disciplinas, 83,3% mencionaram programas e políticas de SAN; 66,7% o DHAA e a LOSAN; 50,0% o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN); 33,3% a SAN, os Marcos Conceituais e Indicadores de SAN; e 16,7% para Nutrição na Atenção Básica, Insegurança Alimentar e Soberania Alimentar.

Tabela 5. Distribuição dos professores por tempo de formação, tipo de pós-graduação, área de pós-graduação, disciplina que ministra, tempo que ministra a disciplina e conteúdos de SAN que aborda. Piauí, 2012.

Perfil do Docente	Professor	
	Nº	%
Tempo de formação	Menos de 5 anos	1 16,7
	De 5 a 10 anos	0 0,0
	Mais de 10 anos	5 83,3
Pós-graduação*	Especialização	6 100,0
	Mestrado	5 83,3
Área de Pós Graduação*	Ciências e Saúde	1 16,7
	Administração Hospitalar	1 16,7
	Controle de Infecções em Serviços de Saúde	1 16,7
	Nutrição Clínica	1 16,7
	Alimentos e Nutrição	1 16,7
	Saúde Pública/Saúde Coletiva	4 66,6
	Docência do Ensino Superior	1 16,7
	Nutrição Humana	1 16,7
Disciplinas de SAN que ministra	Saúde Pública/Saúde Coletiva	5 83,3
	Segurança Alimentar e Nutricional	1 16,7
Tempo que ministra a disciplina	Menos de 1 ano	1 16,7
	De 1 a 5 anos	4 66,6
	Mais de 5 anos	1 16,7
Conteúdos de SAN que aborda na disciplina*	DHAA	4 66,7
	SISAN	3 50,0
	SAN	2 33,3
	Programas e Políticas de SAN	5 83,3
	Lei Orgânica de SAN (LOSAN)	4 66,7
	Nutrição na Atenção Básica	1 16,7
	Soberania Alimentar	1 16,7
	Insegurança Alimentar	1 16,7
	Marcos Conceituais e Indicadores de SAN	2 33,3

\* Cada sujeito poderia optar/mencionar mais de uma resposta.

Fonte: Pesquisa direta, 2012.

## DISCUSSÃO DOS DADOS

A participação dos sujeitos no estudo foi satisfatória e reflete o perfil dos alunos concluintes de Nutrição do Piauí, já que a pesquisa foi realizada em todos os cursos do Estado em quase dois terços dos matriculados no último ano. Em relação à caracterização dos acadêmicos, há consonância com o perfil já encontrado na literatura, em que a maioria é do sexo feminino (SANTANA; PEREIRA, 2010; CFN, 2006) e de IES particulares (RENICE et al., 2012).

Sobre as disciplinas que abordam SAN, Saúde Pública/Saúde Coletiva está entre a mais citada e a própria SAN entre as menos referidas

Junior, APS ; Alberto, NSMC

representando um fato coerente com o tempo de discussão sobre o tema no país, cuja maior amplitude se deu a partir de 2003, cujo compromisso político se deu em 2006, por meio da LOSAN, a qual foi bastante divulgada e é perseguida por muitos atores políticos da área. A menção de vários alunos de disciplinas relacionadas ao estudo do alimento propriamente dito e voltadas para a sua qualidade sanitária, como Higiene, Controle e Legislação de Alimentos; Microbiologia de Alimentos; e Unidade de Alimentação e Nutrição pode estar relacionado com a terminologia ‘segurança alimentar’ ser bastante usada nessas áreas.

Esses dados são coerentes também com um estudo de Prado et al. (2010), realizado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), os quais constataram que entre os grupos que realizavam pesquisa em SAN, havia predominância daqueles que investigavam o domínio do alimento, trabalhando a partir de outro conceito de segurança alimentar, mais voltado para a questão sanitária, inocuidade e qualidade do alimento para a comercialização. Uma perspectiva que, mesmo importante, está aquém das dimensões conceituais da SAN, mostrando-se, em ambos os casos, insuficiente para esta discussão.

A amplitude do conceito de SAN adotado no Brasil, desde 2006, que envolve os aspectos alimentar e nutricional nesta condição, exige uma abordagem mais holística do termo e das atividades que o compõem, a qual tende a ser progressivamente adotada no meio acadêmico, o que poderá contribuir para uma melhor compreensão dessa complexidade e mais desenvoltura no desenvolvimento de atividades inerentes.

A ampliação do conceito de SAN, associada às práticas pedagógicas que fazem parte de outras R. Interd. v. 9, n. 1, p. 191-206, jan. fev. mar. 2016

racionalidades que não só a biológica, contribui para a promoção da saúde individual e coletiva, aumentando o empoderamento comunitário (NOVOLAR; TESSER; AZEVEDO, 2012). A conjugação de medidas teóricas e práticas para ampliar a aproximação e contribuir com o desenvolvimento do conhecimento de SAN no meio acadêmico requer do docente envolvimento e fundamentação teórica e política sobre o tema. Por isso, ele também deve ser partícipe ativa das atividades alusivas ao referido conteúdo, de forma a torná-lo mais apto a discorrer e discutir SAN.

A participação em palestras e fóruns, atividades práticas mais referidas pelos alunos, possibilitam interação com o tema de SAN, bem como a atualização de dados e a vivência em discussões relacionadas a este conteúdo. Entretanto, essas atividades, mesmo com sua importância para o processo de ensino-aprendizagem, não colocam o acadêmico em situação de vivência direta, o que pode interferir na sua apreensão do conteúdo, já que o aluno sente-se distanciado do seu objeto de estudo e das práticas do cotidiano que o cercam (ALBUQUERQUE et al., 2008).

A avaliação de indicadores de SAN, uma prática citada tanto pelos professores como pelos alunos, se concentra no campo teórico que envolve a SAN, mas permite que visualizem os impactos dos determinantes e dos programas sociais sobre a condição alimentar e nutricional da população. Essa prática também contribui para aprender e fundamentar planejamentos na área, atividade timidamente mencionada entre os alunos.

Visitas a comunidades/assentamentos e participação nas reuniões do Consea, atividades com discrepância de menção entre alunos e professores, são oportunidades que poderiam ser mais adotadas, pois possibilitam aos acadêmicos conhecer diretamente a vivência e discussão da

Junior, APS ; Alberto, NSMC

política de SAN, respectivamente, estreitando o limiar entre o binômio teoria e prática do assunto, tornando-os mais críticos em relação às causas e consequências da SAN na vida das pessoas.

Espaços como fóruns e reuniões de conselhos permitem a interação dos participantes com o tema abordado, visto que, além da experiência pessoal ou coletiva, também são discutidos caminhos, entraves e possibilidades políticas e técnicas de se efetivar a SAN no Estado, o que contribui para a formulação de concepções, posicionamento político e conduta individual mais pró-ativa à SAN.

O conhecimento na Nutrição não pode se dar sem a reflexão acerca da influência das experiências pessoais do cotidiano sobre a percepção dos problemas alimentares, desconstruindo, portanto, a pouca ou nenhuma conexão com o mundo real e a experiência vivida. Assim, o ensino nessa área requer estratégias que possibilitem aos alunos serem sujeitos desse ensino, para que possam transferir a informação científica para a sua vivência e reconstruí-la de acordo com sua realidade (BRAID; MACHADO; ARANHA, 2012; BOOG, 2008).

O estudo permitiu verificar que é restrita a lembrança dos alunos sobre autores que discorrem sobre SAN, quando quase a totalidade não sabia, não lembrava ou não informou. Talvez isso se deve também porque a política é recente, mas, ao adotar-se o conteúdo deve-se ter o esforço para fixar quem contribui para o seu entendimento, prática importante para posteriores buscas sobre o tema. Para se desenvolver o senso crítico sobre algum assunto é importante diversificar a leitura sobre ele, identificando semelhanças e diferenças entre as abordagens, os posicionamentos, por exemplo. Pelo relato dos professores, o conteúdo abordado se fundamenta marcadamente nas publicações institucionais.

A participação em algum curso de formação, treinamento e atualização sobre SAN foi diferenciada entre alunos e professores, sendo que os últimos foram os mais contemplados com essa prática, dado coerente com o relato de relativa participação dos alunos em atividades como palestras/fóruns. A docência do ensino superior não exige características específicas, mas sim generalistas, para o curso. Entretanto, ele não deve ser unidimensional, mas envolver ações educativas mais abrangentes do que aquelas da estrutura curricular, tanto para aquisição de novos conhecimentos quanto novas experiências (OLIVEIRA; VASCONCELLOS, 2011; PERES; ANDRADE; GARCIA, 2007).

A avaliação teórica dos alunos a respeito de conteúdos que envolvem a SAN permitiu identificar lacunas importantes em mais da metade dos entrevistados, como o reconhecimento da LOSAN como a lei que regulamenta a SAN no país, atribuindo à Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAN - este papel. Não obstante, os demais identificaram que a LOSAN reconhece a alimentação como direito de todos e dever do estado respeitar e prover, que a mesma deve ser adequada nutricionalmente, quantitativamente, sustentável e associar-se a práticas saudáveis de consumo (BRASIL, 2006).

O cenário de desconhecimento que a Soberania Alimentar (SA) e o DHAA são apontados na literatura como os pilares da SAN é coincidente com a impossibilidade da significativa maioria dos alunos definirem adequadamente a SA; para a maioria deles significa o direito de todos alimentarem-se com qualidade e em quantidade satisfatória, definição que remete ao primeiro conceito atribuído à SAN (FAO, 1996). Atualmente, os marcos teóricos e legais atuais definem SA como a capacidade de cada país definir suas estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos (CONSEA, 2007).

Junior, APS ; Alberto, NSMC

Esse fato recrudescer a importância da atualização teórica sobre o tema, que está em permanente construção, na perspectiva de contemplar a complexidade da SAN. Conceitos ou definições são variáveis, a depender dos atores e respectivos interesses em pauta no momento da discussão; a correlação de forças torna a construção mais rica e participativa, com realce para o segmento que tiver mais capacidade técnica e de articulação para defesa da sua pauta.

A exigibilidade do DHAA, tema ainda relativamente tímido no âmbito do país, se mostrou pouco conhecida entre os alunos, os quais, na sua grande maioria, não conseguiram apontar os órgãos onde pode-se praticá-la. Apesar da LOSAN (BRASIL, 2006) estabelecer que é dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade”, os instrumentos, as estratégias e os órgãos para a reivindicação da realização do DHAA ainda estão em fase de discussão para o seu estabelecimento. Esse fato pode ser um determinante para o pouco conhecimento dos alunos sobre esse conteúdo.

No que tange ao controle social em SAN, conselhos e conferências foram reconhecidos por pouco mais da metade dos alunos, sugerindo a pouca abordagem ou apreensão desse conteúdo na graduação. O Piauí dispõe do Consea desde 2003, em pleno funcionamento e com contribuições à política de SAN no Estado, o qual conta com representação, pelo segmento da sociedade civil, de todas as quatro IES com curso de Nutrição da capital. Além disso, tem realizado todas as conferências estaduais, com ampla participação social, sendo que a última, realizada em 2011, firmou parceria com essas IES para que alunos participassem do evento. Por estes motivos, considera-se tímido o envolvimento dos R. Interd. v. 9, n. 1, p. 191-206, jan. fev. mar. 2016

acadêmicos com o tema controle social, o que os limita a vivenciar discussões de questões relacionadas à SAN.

Os órgãos executores de programas de SAN no Piauí são desconhecidos pela ampla maioria dos estudantes, o que é coerente com a tímida referência delas a atividades práticas. Visitas extra-classe, além de promover a vivência com espaços diferentes ao cotidiano acadêmico, tornando o processo de aprendizagem mais agradável e rico, contribui para maior fixação dos conteúdos abordados.

A intersetorialidade, característica que diferencia a SAN como política é familiar à maioria dos estudantes, o que é um resultado positivo, na medida em que esse enfoque pede um olhar interdisciplinar, e conseqüentemente, a formação de profissionais advindos de diferentes campos disciplinares e instituições acadêmicas, refletindo também nos processos de produção do conhecimento (ANJOS; BURLANDY, 2010; BOSI, 2010; CASTRO, 2010; PROENÇA, 2010).

Neste contexto, ressalta-se a necessidade de aproximar o aspirante à nutricionista com essas abordagens mais políticas e socioeconômicas, fazendo-o enxergar-se em uma dimensão profissional que exceda as barreiras do perfil biomédico. Freitas e Pena (2007) associam essa necessidade à construção de um processo interdisciplinar, já que há um emaranhado de conhecimentos produzidos por indivíduos e grupos que se organizam para significar: acesso, sustento, direito e ética de políticas sociais para a SAN.

Para Recine *et al.* (2012), a formação do nutricionista vem se tornando cada vez mais complexa. Isso porque há o desafio de contemplar as necessidades de saúde, mas também de conteúdos que possibilitem ao profissional atuar nos diversos contextos relacionados à alimentação, ampliando sua perspectiva de ação para a determinação social da saúde e

Junior, APS ; Alberto, NSMC

alimentação, inclusive para os aspectos culturais e ambientais (ANJOS, BURLANDY, 2010). Tal fato exige dos nutricionistas uma reflexão mais aprofundada quanto ao seu papel profissional.

Apesar dos avanços notáveis no campo, a formação do nutricionista ainda é deficiente na abordagem de questões políticas, socioeconômicas e culturais, repercutindo na inserção do profissional no sistema público de saúde. Uma formação com enfoque apenas no alimento e na doença desarticula a abordagem do contexto social do indivíduo. Como já dito, as necessidades humanas vão além das nutricionais, desse modo, o nutricionista deve se debruçar também sobre as necessidades socioculturais que envolvem o ato de se alimentar (NOVOLAR; TESSER; AZEVEDO, 2012).

A investigação acerca da referência que os alunos dispunham sobre os programas sociais que apresentam relação com SAN indicou que o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - é o mais apontado, apesar de envolver menos da metade dos entrevistados. Essa menção pode estar relacionada ao tempo de existência do programa no país, ao fato dele estar apresentando constantes ajustes e melhorias na perspectiva de contribuir com o DHAA, à sua abrangência universal na rede de ensino pública e por ser um dos principais campos de inserção do nutricionista no setor público.

O PNAE, pela sua responsabilidade de oferta de alimentos saudáveis, atrelado à formação de bons hábitos alimentares no âmbito escolar e pela contribuição com a cultura alimentar e economia local se configura como uma âncora da SAN em nível local. Como esse programa é visto, pelo menos, em duas frentes de estudos, seja como Unidade de Alimentação e Nutrição, seja como política afeta à SAN, deveria ser mais reconhecido na graduação em Nutrição. Para tanto, identifica-se a necessidade de apreensão da

concepção holística da SAN entre as disciplinas ministradas nesse meio acadêmico.

A PNAN, o SISVAN, o PBF, o Fome Zero e o PAT terem sido mencionados em menor escala sugere a intensificação de atividades acadêmicas alusivas a essas políticas públicas, para que os estudantes incorporem a intersectorialidade como uma característica da SAN, e que a reconheçam na ótica da complementação de intervenções em prol dessa condição de vida digna.

A variedade de programas mencionados sugere que os acadêmicos entendem que seus beneficiários são cidadãos com direito à alimentação saudável (FREITAS; PENA, 2007), mas a integração ensino-serviço é condição imprescindível para a fixação de conteúdos a partir da vivência prática (ALBUQUERQUE *et al.*, 2008).

Segundo pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Nutricionistas (2006), dos profissionais de Nutrição que atuam na área de Saúde Coletiva, 17,2% estão inseridos no campo da execução de Políticas e Programas Institucionais, onde 46,2% relatam participar de estratégias de SAN no âmbito municipal, estadual e federal e 38,5% atuam na execução de programas como Bolsa Família, SISVAN, Suplementação de Ferro e/ou de Vitamina A e outros de gestão local; outros 45,8% estão inseridos no campo da Atenção Básica em Saúde, sendo que 72,7% destes participam da implementação e execução das ações de SAN, em nível local e/ou regional e 45,5% atuam nos programas já citados.

A atuação do nutricionista na área de Saúde Pública, em geral, é bastante prejudicada, pois a complexidade deste campo exige reflexões teóricas e práticas institucionais pouco enfatizadas na formação oferecida nos cursos de graduação (SOARES, 2007). Isso reforça a necessidade, por parte dos docentes, de elaboração de estratégias com a finalidade de

Junior, APS ; Alberto, NSMC

aproximar o acadêmico deste campo. Entretanto, reconhece-se que a relação ensino-serviço ainda é bastante incipiente, caracterizada por limitação de campos de estágio, serviços pouco disponíveis para serem visitados pelos acadêmicos e por crescente ampliação do número de estudantes ávidos por esses espaços.

Os docentes avaliados revelaram-se com experiência e titulação profissional, os quais, na sua maioria, possuem mais de dez anos de formação e são mestres, além de atuarem na docência há uma média de seis anos. O período e a prática referidos coincidem com o início da discussão e da legalização da SAN como política e como condição de vida no país, o que permite mais proximidade com a temática por docentes que a abordam. Estes dados são semelhantes aos encontrados por Soares (2007), em estudo realizado nos cursos de Nutrição do Ceará, onde mais de 80,0% dos professores possuíam as mesmas características de formação e titulação.

Embora se verifique a diversidade das áreas de pós-graduação entre as docentes entrevistadas, a especialização na área de Saúde Pública é a mais frequente, e os conteúdos de SAN mais abordados nas disciplinas que ministram são programas e políticas de SAN, o DHAA, a LOSAN e o SISAN. Esse embasamento é necessário para a compreensão da natureza, da complexidade e da importância da SAN para a vida individual, coletiva e o desenvolvimento social de uma nação, e coloca o aluno em contato com os marcos teóricos e legais que fundamentam a formação de concepções e tomada de decisões na vida acadêmica e profissional.

O desafio posto é a abordagem desses conteúdos de forma transversal na graduação da Nutrição e interdisciplinar, contemplando outras áreas do conhecimento, como Direito, Agronomia, Meio Ambiente, etc. O curso de Nutrição, pela finalidade e essência da sua conformação como R. Interd. v. 9, n. 1, p. 191-206, jan. fev. mar. 2016

ciência da vida, promove a oportunidade ao aluno de ser sensibilizado e mobilizado desde o início da formação para a busca contínua pelo DHAA, mesmo não possuindo ainda, nessa fase, a concepção do seu real significado. A expectativa é que nesse processo se insiram outras áreas, importantes alicerces para a SAN.

Concepção semelhante verifica-se em Boog (2002), que aponta que os conteúdos de uma disciplina devem ser ministrados de forma interdisciplinar ao longo do curso, resultando numa abordagem mais completa, em consonância com a evolução do aluno e com as experiências que ele já vivenciou ou está vivenciando nas atividades práticas. Isso contorna também a possibilidade da falta de carga horária suficiente para explanação dos conteúdos de forma satisfatória, já que as disciplinas de Nutrição têm, em geral, cargas horárias muito pequenas, o que faz com que, na maioria das vezes, cada tema seja abordado em apenas uma aula (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2008).

Aliar competência técnica e política tanto na formação do egresso como no exercício do professor, bem como garantir as condições de concretizá-la são os grandes desafios que os sistemas de ensino têm que enfrentar para dar o suporte necessário para que o futuro nutricionista possa atuar adequadamente em SAN (SOARES, 2007).

Ademais, o professor deve atentar para o seu exercício profissional e para as transformações da contemporaneidade, tendo também o dever de levar os alunos a discutirem os aspectos políticos da profissão e de seu exercício na sociedade, para que se insiram e se posicionem nela como cidadãos e profissionais. Da mesma forma as IES devem contribuir para o desenvolvimento docente, pois não basta a elaboração de projetos político-pedagógicos se os docentes não estiverem preparados para desenvolvê-los (COSTA, 2009).

Junior, APS ; Alberto, NSMC

As IES devem reconhecer a relevância da abordagem teórica, prática e interdisciplinar em SAN na graduação em Nutrição, tendo em vista ser uma política nova, de grande abrangência nacional, reconhecida internacionalmente pelos avanços sociais que possibilitou e por ser uma causa que nos remete à vida digna das pessoas em geral. O corpo docente nem sempre dispõe de condições e autonomia de implantar práticas acadêmicas que culminem com o adequado empoderamento do corpo discente em SAN, o que fragiliza a sua atuação profissional futura.

## CONCLUSÃO

A configuração da SAN como política no país tem possibilitado um crescimento da atuação do nutricionista nesta área nos últimos anos, seja no campo teórico e/ou prático. Por conseguinte, a formação desse profissional impõe a implantação ou ampliação da abordagem de SAN na vida acadêmica, de forma a tornar o aluno mais capaz de discutir, propor e acompanhar ações e questões relacionadas à temática no período da formação e na vida profissional futura.

Este estudo avaliou o enfoque da SAN nos cursos de Nutrição do Piauí e revelou que a temática ainda é prioritariamente ministrada na disciplina de Saúde Pública e que a disciplina específica de SAN é muito restrita nas IES avaliadas. A participação em palestras/fóruns foi a atividade com mais coerência entre alunos e professores, apontada apenas pela metade de cada um dos segmentos. Ficou demonstrado desconhecimento generalizado entre os alunos sobre autores relacionados à SAN e que as publicações institucionais ainda predominam entre as fontes adotadas pelos docentes.

Sobre os conteúdos teóricos avaliados, os espaços de controle social de SAN e a R. Interd. v. 9, n. 1, p. 191-206, jan. fev. mar. 2016

intersetorialidade foram os temas melhor abordados por pouco mais da metade dos alunos, enquanto que exigibilidade e órgãos executores da política de SAN no Estado foram os temas com menor coerência nas respostas. O PNAE e o Bolsa Família se apresentaram como os programas mais referidos pelos alunos como relacionados à SAN; entretanto, quase um terço dos alunos não mencionaram nenhum.

A experiência profissional na docência e a pós-graduação dos professores avaliados sugerem plena condição individual para desenvolver um processo de ensino-aprendizagem que alie atividades teóricas e práticas, e que permitam ao aluno o empoderamento e a visão crítica sobre a situação de SAN no Estado ou fora dele. Entretanto, reconhece-se que o docente está envolvido em um sistema, o qual precisa dar-lhe ferramentas e fazer o controle do desenvolvimento das atividades necessárias para o exercício da sua responsabilidade.

O instrumento de coleta de dados, por ser semi-estruturado possibilitava manifestação voluntária dos entrevistados, mas mesmo assim, vários itens ficaram em branco ou foram pouco mencionados. De forma geral, o estudo revelou incipiência nas abordagens teórica e prática dos conteúdos relacionados à temática de SAN nos cursos de Nutrição do Estado.

A realidade identificada aponta para a importância de se intensificar ou aprimorar ações educativas teóricas e práticas sobre o assunto nesses cursos, já que a fragilidade de compreensão do tema fomenta profissionais pouco críticos sobre ele, com tímidas ou sem contribuições políticas na área e, por conseguinte, distante do controle social da política de SAN. Para isso, ressalta-se a relevância da integração ensino-serviço, primando pela prática da intersetorialidade, a qual aprimora a condição de

Junior, APS ; Alberto, NSMC

ator dinâmico e ativo do aluno e futuro profissional frente à causa de SAN.

## REFERÊNCIA

ALBUQUERQUE, V.S.; et al. A Integração Ensino-serviço no Contexto dos Processos de Mudança na Formação Superior dos Profissionais da Saúde. *Rev. bras. educ. med.*, Rio de Janeiro. v.32, n.3, p.356-62, jul/set, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v32n3/v32n3a10.pdf>>. Acesso 20 nov. 2012.

ANJOS, L.A.; BURLANDY, L. Construção do conhecimento e formulação de políticas públicas no Brasil na área de segurança alimentar. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro. v.15, n.1, p.19-30, jan, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v15n1/a03v15n1.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2011.

BRAID, L.M.C.; MACHADO, M.F.A.S.; ARANHA, Á.C. Estado da arte das pesquisas sobre currículo em cursos de formação de profissionais da área da saúde: um levantamento a partir de artigos publicados entre 2005 e 2011. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, São Paulo, v.16, n.42, p.679-92, set, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n42/v16n42a08.pdf>>. Acesso 18 nov. 2012.

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, de 15 de setembro de 2006. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, 18 set. 2006. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/consea/legislacao/lei-no-11-346-de-15-de-setembro-de-2006>>. Acesso 23 ago. 2011.

BOOG, M.C.F. Atuação do nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável. *Ciênc. saúde*, Porto Alegre. v.1, n.1, p.33-42, jan/jun, 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faenfi/article/viewFile/3860/2932>>. Acesso 22 nov. 2012.

BOOG, M.C.F. Construção de uma proposta de ensino de nutrição para curso de enfermagem. *Rev. Nutr.*, Campinas, v.15, n.1, p.15-28, jan/abr, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v15n1/a03v15n1.pdf>>. Acesso 23 nov. 2012.

BOSI, M.L.M. Desafios na interface pesquisa-construção do direito humano à alimentação: reflexões no âmbito da segurança alimentar e nutricional. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro. R. Interd. v. 9, n. 1, p. 191-206, jan. fev. mar. 2016

v.15, n.1, p.19-30, jan, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v15n1/a04v15n1.pdf>>. Acesso 11 set. 2011.

BURITY, V.; et al. *Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: ABRANDH, 2010. Disponível em: <<http://www.abrandh.org.br/download/2010101121244.pdf>>. Acesso 15 set. 2011.

CASTRO, L.M.C. Pesquisar sobre segurança alimentar e nutricional no Brasil: a que viemos?. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro. v.15, n.1, p.26-8, fev, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v15n1/a06v15n1.pdf>>. Acesso 13 fev. 2012.

CFN, CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. *Inserção Profissional dos nutricionistas no Brasil*. Brasília: CFN, 2006. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/eficiente/repositorio/Carilhas/59.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

CFN, CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN 380/2005, de 9 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência, por área de atuação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 28 dez. 2005, Seção 1. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/pdf/res/2005/res380.pdf>>. Acesso 10 out. 2012.

CNE, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 5/2001, de 7 novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. *Diário Oficial da União*. Brasília, 9 nov. 2001, Seção 1. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf>>. Acesso 10 out. 2012.

CONSEA, CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: documento base*. Brasília: CONSEA, 2007. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/consea/3conferencia/static/Documentos/Documento%20Base.pdf>>. Acesso 23 set. 2012.

COSTA, N.M.S.C. Formação pedagógica de professores de nutrição: uma omissão consentida?. *Rev. Nutr.*, v.22, n.1, p.97-104, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v22n1/09.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2012.

FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. *The State of Food and* 205

Junior, APS ; Alberto, NSMC

**Agriculture**. Roma: FAO, 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w1358e/w1358e00.htm>>. Acesso 25 ago. 2012.

FREITAS, M.C.S.; PENA, P.G.L. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Rev. Nutr.**, Campinas, v.20, n.1, p.69-81, jan, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v20n1/a08v20n1.pdf>>. Acesso 17 mar. 2011.

GAMBARDELLA, A.M.D.; FERREIRA, C.F.; FRUTUOSO, M.F.P. Situação Profissional de Egressos de um Curso de Nutrição. **Rev. Nutr.**, Campinas, v.13, n.1, p.37-40, jan, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v13n1/7921.pdf>>. Acesso 15 nov. 2011.

NOVOLAR, T.S.; TESSER, C.D.; AZEVEDO, E. Contribuições para a construção da Nutrição Complementar Integrada. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, São Paulo. v.16, n.41, p.515-27, ago, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n41/aop2412.pdf>>. Acesso 21 nov. 2012.

OLIVEIRA, C.C.; VASCONCELLOS, M.M.M. A formação pedagógica institucional para a docência na Educação Superior. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, São Paulo. v.15, n.39, p.1011-24, jul, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v15n39/aop2611.pdf>>. Acesso 19 nov. 2012.

OLIVEIRA, S.I.; OLIVEIRA, K.S. Novas perspectivas em educação alimentar e Nutricional. **Psicol. USP**, São Paulo. v.19, n.4, p.495-504, dez, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psp/v19n4/v19n4a08.pdf>>. Acesso 06 nov. 2012.

PERES, G.M.; ANDRADE, A.S.; GARCIA, S.B. Atividades Extracurriculares: Multiplicidade e Diferenciação Necessárias ao Currículo. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v.31, n.3, p.203-11, set/dez, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v31n3/02.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

PRADO, S.D. et al. A pesquisa sobre segurança alimentar e nutricional no Brasil de 2000 a 2005: tendências e desafios. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro. v.15, n.1, p.7-18, out, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v15n1/a02v15n1.pdf>>. Acesso 13 fev. 2012.

PROENÇA, R.P.C. Da pesquisa sobre segurança alimentar e nutricional no Brasil ao desafio de R. **Interd.** v. 9, n. 1, p. 191-206, jan. fev. mar. 2016

criação de comitês de alimentação e nutrição. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro. v.15, n.1, p.19-30, out, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v15n1/a05v15n1.pdf>>. Acesso 11 nov. 2011.

RAPPAPORT, J. Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. **Am J Community Psychol**, Alemanha, v.23, n.5, p.569-79, out, 1995. Disponível em: <<http://dpss.psy.unipd.it/link/files/3-Rappoport.1995.Empowerment.meets.narrative.AJC.P1.pdf>>. Acesso 19 nov. 2012.

RECINE, E. et al. A formação em saúde pública nos cursos de graduação de nutrição no Brasil. **Rev. Nutr.**, Campinas, v.25, n.1, p.21-33, jan, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v25n1/a03v25n1.pdf>>. Acesso 10 out. 2012.

SANTANA, V.I.T.; PEREIRA, L.M.R. Atuação profissional dos egressos de um curso de nutrição. **Rev. Interdisciplinar NOVAFAPI**, Teresina, v.3, n.1, p.24-8, jul/set, 2010. Disponível em: <<http://www.novafapi.com.br/sistemas/revistainterdisciplinar/v3n1/pesquisa/p3-v3n1.pdf>>. Acesso 20 nov. 2012.

SOARES, N.T.; AGUIAR, A.C. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de nutrição: avanços, lacunas, ambiguidades e perspectivas. **Rev. Nutr.**, Campinas v.23, n.5, p.895-905, dez, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v23n5/a19v23n5.pdf>>. Acesso 19 nov. 2012.

SOARES, N.T. **Diretrizes curriculares nacionais para cursos de graduação em nutrição e competência profissionais para atuação em segurança alimentar e nutricional: perspectivas de docentes do Ceará**. 2007. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

VALENTE, F.L.S. **Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

**Submissão: 01/06/2015**

**Aprovação: 09/11/2015**